23-10-1995 11:32 DE 351 1 363660 P/ C.I.D.R.C. PAG.02

TL 2771

Senhor Presidente da Assembleia-Geral,

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Delegados

É uma honra participar nesta sessão histórica presidida pelo meu ilustre compatriota, Diogo Freitas do Amaral. Renovo-lhe, aqui, as minhas saudações de muito apreço intelectual e de grande estima.

Dirijo também uma afectuosa saudação ao Secretário-Geral, Boutros-Ghali, cujo pensamento e acção em favor da reestruturação das Nações Unidas merece o meu total apoio.

Esta sessão constitui uma oportunidade única para avaliar o trabalho realizado pelas Nações Unidas. Mas deve ser também aproveitada para debater as grandes orientações de uma actuação futura que corresponda às novas necessidades e aspirações dos Povos. Esta é, com efeito, uma boa oportunidade para consolidar o que deve ser consolidado e para reformar o que deve ser reformado.

Há que prestar tributo à ONU pela sua constante actuação em favor da paz, do diálogo e do desenvolvimento. As dificuldades e

frustrações que se têm suscitado são, na sua maioria, da responsabilidade dos Estados membros, pelos conflitos de interesses e de ideologia criados ou pela vontade de hegemonia de certos Estados. Outras vezes, resultam de carências financeiras, que os Estados não têm sabido ultrapassar.

Tais dificuldades só podem ser superadas se for reconhecido - pelos grandes e pelos pequenos Estados - que o Mundo mudou, que a vontade dos Povos e a opinião pública internacional hoje contam e que está a desenvolver-se, por todo o lado, uma nova cultura da paz e da solidariedade internacional.

A força dos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e a legitimidade das resoluções que delas emanam, representam um fortíssimo estímulo em favor da democracia, dos direitos do Homem e da paz. Salientem-se os casos paradigmáticos do movimento descolonizador - em que Portugal activamente participou - e, depois, da luta contra o apartheid e pela sua abolição.

Por isso, Senhor Presidente, permita-me que refira a situação escandalosa que persiste no território não-autónomo de Timor-Leste que ainda aguarda - à revelia das resoluções pertinentes da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança - a conclusão de um processo de descolonização brutalmente interrompido, pela ocupação da Indonésia há vinte anos.

Num mundo em acelerada transformação, face a processos imparáveis de globalização - nas suas várias dimensões, económica, tecnológica, ambiental, social, científica e de comunicação - as Nações Unidas devem tudo fazer para que as mudanças em curso se desenvolvam sem graves rupturas e ao serviço de todos os homens, como decorre do apelo recente da Conferência de Copenhague.

Devemos, contudo, ter a coragem de reconhecer que o fosso que separa os países pobres dos países ricos é cada vez maior, estando a tornar-se verdadeiramente explosivo. Atenção: mesmo as sociedades mais desenvolvidas estão a tornar-se dualistas, na medida em que não são capazes de evitar preocupantes bolsas de pobreza, de discriminação étnica e de marginalidade.

Senhor Presidente,
Senhores Delegados

Na sociedade de comunicação em que vivemos, tornou-se patente a aspiração dos Povos de todo o mundo a participarem na resolução dos problemas globais da Humanidade. Tudo diz respeito a todos! E participação significa hoje, também, partilha dos conhecimentos científicos , das tecnologias e da informação. Os Povos aspiram a uma maior transparência nos processos de decisão colectiva e a fazerem ouvir as suas vozes. As mutações em curso obrigam a uma modificação de âmbito global que passa, obviamente, pela reestruturação urgente do sistema das Nações Unidas.

Perante a desordem do mundo, vamos ser capazes de assegurar a paz, o bem mais precioso para todos os homens? De impôr o império do Direito? De actuar por forma a acabar com guerras obsoletas e intoleráveis e com todo o cortejo de irremediáveis sofrimentos?

A noção-chave de uma nova actuação é a prevenção. A incapacidade do sistema actual para responder, em termos físicos, materiais e financeiros - e de modo atempado e eficaz - às necessidades de intervenção em conflitos armados ou não, tem tornado particularmente claro, nos últimos anos, que a melhor estratégia - e no fundo curiosamente, a que tem menores custos financeiros! - é a prevenção das crises e dos conflitos. Lembro a frase que consta da constituição da UNESCO "se as guerras começam no espírito dos homens, é no espírito dos homens que as defesas da paz devem ser construidas". É, por isso, fundamental agir em toda a parte a favor do diálogo, da tolerância e instituindo, como diz Federico Mayor, uma verdadeira "cultura de paz". É minha convicção de que a paz só pode ser construida de forma persistente e duradoura, lutando contra a violência, em todas as suas formas, incluindo os meios audiovisuais, criando condições de maior igualdade entre os homens e formando as pessoas nos valores do humanismo, da democracia e da solidariedade.

Senhor Presidente,

Senhores Delegados

Um domínio em que os desenvolvimentos recentes e as potencialidades oferecidas pela ONU me parecem particularmente encorajadoras é o dos Oceanos. Foi possível estabelecer no quadro das Nações Unidas uma nova ordem jurídica internacional dos oceanos, assente nos princípios da utilização pacífica, da cooperação e do desenvolvimento das capacidades de todos os países de utilizarem e conservarem os recursos oceânicos, para bem das suas populações e da humanidade no seu conjunto.

É minha intenção encorajar o processo de reflexão internacional a respeito das oportunidades e desafios abertos pela exploração dos Oceanos, mobilizando a sociedade civil, na diversidade dos seus interesses e perspectivas, para uma melhor percepção do valor dos mares para as gerações actuais e futuras e ao mesmo tempo para o imperativo da sua protecção e preservação. Este projecto não é alheio naturalmente à especial sensibilidade de uma país marítimo, como Portugal, e à recente iniciativa das Nações Unidas de proclamar o ano de 1998 como o "Ano Internacional dos Oceanos". O ano de 1998 coincide com a realização em Lisboa da "Exposição Internacional" dedicada ao tema "Oceanos - um Património para o Futuro".

A comemoração dos 50 anos da ONU é uma ocasião de pensar o futuro. Devemos fazê-lo com optimismo, assumindo as nossas irrecusáveis responsabilidades perante as gerações vindouras e sabendo passar o testemunho aos mais jovens. Optimismo que deverá ser construído com realismo, colectivamente, em espírito de solidariedade. É dever de todos nós, humanos, neste limiar de milénio, empenharmo-nos com audácia e criatividade, na construção de um futuro diferente para a Humanidade - um futuro desembaraçado de guerras, com sentido de que partilhamos uma aventura e um destino comuns, nesta casa também comum, que devemos saber preservar, a terra!